

ATIVISTAS DE CONTROLE DO TABACO COBRAM TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO

Ministro da Saúde não apresenta o texto da regulamentação de lei federal antifumo e não dá um prazo para que entre em vigor

Cerca de 20 representantes de organizações de saúde, associações médicas e defesa do consumidor, reunidos pela Aliança de Controle do Tabagismo – ACT, em Brasília, foram ao Ministério da Saúde na última terça-feira, 15 de agosto. O objetivo era ter acesso ao texto e saber do ministro Alexandre Padilha o porquê da demora na regulamentação da lei 12.546/2011. Esta lei, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no final do ano passado, institui ambientes fechados livres de tabaco em todo o país e proíbe a publicidade nos pontos de venda, mas precisa ser regulamentada para entrar em vigor. Há oito meses as organizações esperam a regulamentação e ainda não tiveram acesso ao seu texto, nem entendem porque está demorando tanto. Afinal, ambientes livres de fumo têm apoio da esmagadora maioria da população, como confirmam pesquisas de opinião, além de cumprimento exemplar, como atestam os estados que implementaram a medida, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

O ministro Padilha disse que o documento não pode ser entregue por enquanto, porque há um processo formal no qual a Consultoria Jurídica está analisando o texto e o levará para discussão na Casa Civil. O Ministro garantiu às organizações que o texto da regulamentação passou pela Comissão Nacional de Implementação da Convenção Quadro (CONICQ) e que todas as contribuições da sociedade civil foram utilizadas.

“Na reunião, o Ministro Padilha enfatizou o comprometimento do governo brasileiro com o controle do tabaco, mas é preciso que esse compromisso seja materializado na publicação da regulamentação condizente com o tratado internacional ratificado pelo país, a CQCT. Essa é a expectativa da sociedade civil. É ver para crer”, disse Paula Johns, diretora executiva da ACT.

O ministro da Saúde também apoiou a participação das entidades de controle do tabagismo como membros da delegação brasileira na 5ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP 5), que ocorrerá em novembro, na Coreia do Sul. O encontro vai promover o debate sobre a normatização dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro, tratado internacional de saúde da qual o Brasil é signatário, sobre as atividades alternativas economicamente viáveis e da proteção ao meio ambiente e à saúde. Antes da realização da COP5 deverá haver um seminário, apoiado pela pasta, para debater a diversificação da fumicultura.

V Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo

As entidades de saúde, direito do consumidor, direitos humanos, educação e meio ambiente e representantes de órgãos públicos estiveram reunidos em Brasília, de 13 a 15 de agosto, para o *V Seminário de Alianças Estratégicas para o controle do tabagismo*, organizado pela ACT. O objetivo do encontro é debater caminhos e soluções para o controle do tabagismo e outros temas de saúde pública com integrantes da Rede ACT, formada por mais de 700 organizações e profissionais de diversas áreas de atuação de todo o país. Este seminário também celebrou os cinco anos de atuação da ACT. Na mesa de abertura, estavam presentes o representante da Organização Pan Americana de Saúde no Brasil, Joaquín Molina; Deborah Malta, do Ministério da Saúde; Vera Luiza da Costa e Silva, da Fundação Oswaldo Cruz,; e Patricia Sosa e Jonathan Romo, de organizações internacionais, como a Tobacco Free Kids e The Union, respectivamente.

As entidades participantes no seminário também visitaram a secretaria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para pedir o desapensamento por blocos temáticos de centenas de projetos de lei de interesse coletivo sobre temas como regulação de tabaco, álcool, agrotóxicos, publicidade infantil, entre outros. Eles tramitam há mais de 20 anos na Casa e ainda não tiveram a destinação adequada.

Os ativistas pediram, ainda, a rejeição do PDC 3034/2010, da autoria de Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Esse PDC objetiva sustar a resolução 14/2012 da Anvisa, aprovada em março de 2012 com previsão de entrada em vigor em setembro de 2013, que proibiu aditivos como menta e cravo nos cigarros. A resolução representa o cumprimento do mandato da Anvisa de regulação de produtos do tabaco, conta com ampla aprovação popular (75% segundo o Datafolha), além de ser importante medida de prevenção do tabagismo entre adolescentes.

No Senado, o grupo manifestou apoio ao Projeto de Lei 154/2012, do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que estabelece embalagens iguais para produtos de tabaco, padronizadas em termos de forma, tamanho, modo de abertura, cor, fonte. São as chamadas embalagens genéricas, livre de marcas, design e logos. Este é outro dos temas importantes para prevenção a iniciação no tabagismo entre adolescentes e jovens, uma vez que a embalagem é hoje uma das principais formas de publicidade utilizada pelas empresas. Mais informações no link:

http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/738_embalagem_generica.pdf

Para mais informações, entre em contato com nossa assessoria de imprensa:

Anna Monteiro
(21) 3311-5640 / 7864-3970
anna.monteiro@actbr.org.br

